



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171342 - DF (2020/0070366-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA

SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 13ª VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE PORTO ALEGRE - SJ/RS

INTERES. : ROBERTA RAHAL DE ALBUQUERQUE

ADVOGADO : LOUISE GARCIA SPENCER - RS091051

INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado nos autos do mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por ROBERTA RAHAL DE ALBUQUERQUE contra suposto ato ilegal imputado ao PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, objetivando a revisão das notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, ano 2019.

O processo foi distribuído, inicialmente, ao Juízo da 2ª Vara Federal de Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, ora suscitado, que se deu por incompetente para processar e julgar o feito, sob o fundamento de que a competência jurisdicional para a ação mandamental se define pela sede funcional da autoridade impetrada, que, no caso, se localiza em Brasília/DF (fls. 19/21).

A seu turno, o Juízo da 13ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, ora suscitante, também se deu por incompetente para processar e julgar o feito sob o fundamento de que a competência é do Juízo Federal localizado no domicílio do impetrante, na forma do art. 109, § 2º, da Constituição Federal (fls. 22/27).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Nos termos do art. 955 do CPC/2015, “o relator poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, o sobrestamento do processo e, nesse caso, bem como no de conflito negativo, **designará um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes**”.

A seu turno, ao menos em um exame provisório, não definitivo, parece ser aplicável ao caso concreto o entendimento firmado por esta Corte quanto à “possibilidade de ação de mandado de segurança ser impetrada no foro do domicílio do impetrante quando referente a ato de autoridade integrante da Administração Pública federal, ressalvada a hipótese de competência originária de Tribunais (1ª S., CC 151.353/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 05.03.2018)” (AgRg no CC 167.534/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06/12/2019).

Nesse mesmo sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO. AUTARQUIA FEDERAL. APLICAÇÃO DA REGRA CONTIDA NO ART. 109, § 2º, DA CF. ACESSO À JUSTIÇA. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. Na espécie, o conflito negativo de competência foi conhecido para declarar competente o juízo federal do domicílio do impetrante.

2. A Primeira Seção do STJ, em uma evolução jurisprudencial para se adequar ao entendimento do STF sobre a matéria, tem decidido no sentido de que, nas causas aforadas contra a União, inclusive em ações mandamentais, pode-se eleger a Seção Judiciária do domicílio do autor, com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça. Precedentes: AgInt no CC n. 154.470/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/4/2018; AgInt no CC n. 153.138/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 22/2/2018; AgInt no CC n. 153.724/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 16/2/2018.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 166.130/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 05/09/2019)

ANTE O EXPOSTO, designo o Juízo da 2ª Vara Federal de Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, ora suscitado, para decidir as medidas porventura prementes.

Comunique-se com urgência aos Juízos envolvidos para que prestem as devidas informações no prazo legal.

Após, encaminhem-se os autos à PGR, para parecer.

Publique-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

Sérgio Kukina

Relator